

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Curso de Geografia Bacharelado Integral

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO
INDUSTRIAL E O NOVO PAPEL DA METRÓPOLE
PAULISTA NA ECONOMIA NACIONAL**

Fernanda Camila Landim Santos

São João Del Rei

25 de novembro de 2015

Fernanda Camila Landim Santos

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL
E O NOVO PAPEL DA METRÓPOLE PAULISTA NA
ECONOMIA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso
de Geografia da Universidade Federal de São
João Del-Rei.

Orientador: Dr. Márcio Roberto Toledo

São João Del Rei

25 de novembro de 2015

Fernanda Camila Landim Santos

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E O NOVO
PAPEL DA METRÓPOLE PAULISTA NA ECONOMIA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São João Del Rei, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

COMISSÃO JULGADORA:

Professora Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy
Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ

Professor Dr. Márcio Roberto Toledo
Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

São João Del Rei, 25 de novembro de 2015.

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso pretende analisar e discutir o processo de desconcentração industrial de São Paulo, e a atual função da metrópole paulista, após esse processo de desconcentração ocorrido a partir da década de 1970. Porém, para que seja possível a análise desse processo, precisa-se entender primeiramente como se formou a industrialização brasileira, que se iniciou no século XVIII, se consolidando no século seguinte, XIX, e como ela contribuiu para o processo de concentração e desconcentração no Estado de São Paulo e sua capital.

Palavras Chaves: Industrialização, Desconcentração Industrial, São Paulo.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze and discuss the industrial devolution process in São Paulo and the current function of the metropolis, after the spread process that occurred from the 1970s, however, to make it possible to analyze this process, first we must understand the Brazilian industrialization happened, beginning in the eighteenth century, consolidating in the XIX century and how it contributed to the process of concentration and deconcentration in the State of São Paulo and its capital.

Keywords: Industrialization, industrial spread, São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estabelecimentos Industriais no Brasil em 1907.....	11
Figura 2: Comparação da Taxa de urbanização, Percentual do PEA setor primário e o PIB no setor agrícola no Brasil de 1940 a 1981.....	13
Figura 3: Estabelecimentos Industriais no Brasil de 1940 a 1995.....	14
Figura 4: Unidades Locais no Brasil em 2007 a 2013.....	19
Figura 5: Pessoal Ocupado nas Indústrias do Brasil de 1980 a 2010.....	19
Figura 6: Composição do PIB Brasileiro em 2000 (em %) de acordo com os Setores Primário, Secundário e Terciário.....	20
Figura 7: Evolução das ferrovias no Estado de São Paulo de 1870 até 1950.....	23
Figura 8: Polígono Industrial Brasileiro Sul/Sudeste em 1991.....	27
Figura 9: Expansão da Indústria Para o Interior do Estado de São Paulo, em 1990.....	28
Figura 10: Comparativo dos Estabelecimentos Industriais presentes no Estado de São Paulo e na capital de 1970 a 1995.....	30
Figura 11: Pessoal ocupado na Indústria de São Paulo 1970 a 1995.....	31
Figura 12: PIB (em R\$) de São Paulo em 1999 a 2012.....	37
Figura 13: Pessoal ocupado na indústria e no setor de serviços em 1989 e 1999.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela1: Principais produtos exportados no Brasil de 1901 a 1965 (em %)......12

Tabela 2: Estabelecimentos Industriais em São Paulo de 1850 a 1919.....21

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO 1: INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	10
3. CAPÍTULO 2: CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	21
3.1 Até a década de 1930.....	21
3.2 Até a década de 1950.....	24
3.3 Até a década de 1970.....	25
3.4 Pós a década de 1980.....	30
4. CAPÍTULO 3: METRÓPOLE PÓS-INDUSTRIAL? METRÓPOLE DE SERVIÇOS? SÃO PAULO ATUALMENTE.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso objetiva analisar e entender o processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo e suas consequências, levando em consideração, principalmente, os fatores históricos que contribuíram para o início do processo de concentração e, em seguida, o de desconcentração e o papel da cidade de São Paulo. O desenvolvimento deste trabalho está baseado principalmente em pesquisas bibliográficas e documentais, enriquecida com dados estatísticos analisados a fim de validar ou não nossas premissas. Para entender o processo de desconcentração ocorrido em São Paulo foi necessário entender primeiramente o processo de industrialização Brasileiro, que se baseou em literaturas basilares como Suzigan (1988) e Caputo e Melo (2008). Para entender como a industrialização concentrou em São Paulo e como ocorreu seu processo de desconcentração industrial, baseou-se em literaturas como Pintaudi e Carlos (1995), Cavani (2006), Reolon (2003), Santos (1990), Sousa (2009), Cleps (2003), Lencioni (2006), Sobrinho e Azzoni (2014) e Negri (1994).

A cidade de São Paulo, ao longo da sua trajetória de formação econômica e espacial, sempre foi uma peça chave para entender a industrialização brasileira. Isso porque a industrialização brasileira se deu a partir, principalmente, naquele local. As grandes lavouras de café, que tiveram muito sucesso no estado São Paulo, são componente chave para a acumulação do capital necessário ao início das atividades industriais no país.

O capital acumulado no período de produção cafeeira auxiliou o início da industrialização no país, sendo primordiais o Estado de São Paulo e sua capital. Desde sua “descoberta” até os anos 1930, o país esteve voltado principalmente para a exportação de produtos primários, especialmente o café. Mais tarde, quando começou a se tornar industrial, foi o principal componente para a concentração industrial naquela cidade. A cidade podia ser considerada propícia para a industrialização, pois existia grande disponibilidade de mão de obra, formada por imigrantes que vieram para cultivar café e uma área com possibilidade de implantação industrial. Porém, o processo de concentração aumentou a partir do período denominado pós-guerra (após 1945), quando o país desenvolveu significativamente sua indústria, sendo São Paulo a cidade que mais recebeu unidades produtivas. Porém, a partir da década de 1970, essa dinâmica industrial brasileira começa a mudar, fator ocasionado pela desconcentração industrial

de São Paulo. Esse movimento teve dois sentidos distintos: um da Capital de São Paulo para o interior do estado, elevando o crescimento econômico, populacional para as cidades descritas como médias no interior do estado; e outro do estado de São Paulo para outras regiões do Brasil, nas quais sobressaíram Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esse processo ocasionou o que pode ser chamado de movimento de “desconcentração industrial” e se deu principalmente por: saturação do território paulista, mão-de-obra abundante e barata e a disponibilidade próxima de matéria prima.

O trabalho foi construído baseado em referências bibliográficas e complementado com dados estatísticos fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEADATA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Com a finalidade de esclarecer e entender a origem e o desenvolvimento desse processo, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata do processo histórico da industrialização no Brasil, pois para que haja entendimento de uma área específica, no caso a capital paulista, é necessário entender como se deu o processo de industrialização no Brasil, que sempre foi muito complexo. Iniciado no século XIX teve seu auge no século XX, mais precisamente entre 1930 a 1970, com seu processo dividido em duas etapas que serão descritas. A primeira foi a “industrialização restringida” (1933 a 1954), que teve uma contribuição significativa de vários fatores políticos e econômicos, tanto internos quanto externos. A segunda foi a denominada “industrialização pesada” (1956-1960), caracterizada pelo início de produção em massa, principalmente de produtos de consumo e de bens duráveis em território nacional.

O segundo capítulo apresenta e analisa o processo de concentração e desconcentração industrial na cidade de São Paulo, analisando também o processo ocorrido no Estado de São Paulo, processo de industrialização que se originou junto com o processo industrial do Brasil e é considerado o princípio desse processo no país. Para isso foi descrito e analisado, em primeiro plano, o processo de concentração. E, em segundo plano, a desconcentração, que ocorreu até a década de 1970, quando começa a haver divergência desse processo, devido a inúmeros fatores que contribuíram para isso. Concordamos com Negri (1994:5), ao esclarecer que:

“a) entende-se por descentralização industrial a mudança física (parcial ou total) de uma unidade industrial ou da produção industrial de uma área territorial para outra, como por exemplo, do Estado de São Paulo para outros Estados brasileiros ou, da

Região Metropolitana de São Paulo para o Interior paulista; b) entendemos por desconcentração industrial as alterações na distribuição espacial absoluta ou relativa de variáveis como número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial.” (NEGRI, 1994: 5).

Analisaremos ainda as conseqüências em São Paulo após esse processo de desconcentração e entendimento do que a capital paulista teria se tornado. No terceiro capítulo ponderamos sobre a Capital paulista e seu papel na economia brasileira atualmente, refletindo brevemente sobre a metrópole paulista e se ela se tornou uma “metrópole pós-industrial”, uma “metrópole de serviços” ou se esses termos são sinônimos, antagônicos ou complementares.

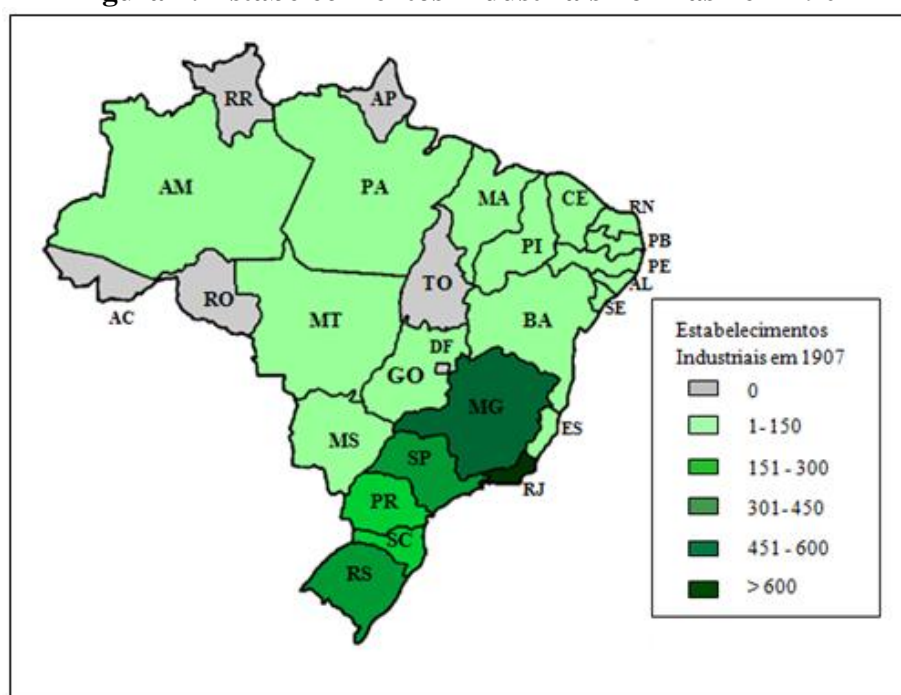
2. CAPÍTULO 1: INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O que acontece a um sistema hoje pode influenciar profundamente em como o mesmo se comportará futuramente, e para compreender o processo de industrialização brasileira, é necessário entender seu processo de formação, e através dele chegar a uma possível compreensão sobre a evolução da sociedade brasileira e os processos que revolucionaram a economia, para interpretar essa dinâmica num quadro mais atual. Então, o presente capítulo é uma breve retrospectiva histórica da industrialização brasileira, seus reflexos na economia e na dinâmica da produção do país.

A indústria brasileira, embora tenha se tornado a base da economia nacional durante muito tempo, teve um processo de formação bastante complexo. Os primeiros relatos de indústrias em território nacional datam de 1870, porém só em 1907 foi feito o primeiro levantamento industrial do país, que contabilizou 3.258 estabelecimentos industriais no Brasil (IPEADATA, 2015), sendo a maioria nos estados do Rio de Janeiro, com 878, o Estado de Minas Gerais, com 532, e o Estado de São Paulo, com 327, totalizando 1737 estabelecimentos (Figura 1), representando mais de 55% do total de estabelecimentos registrados no Brasil, o que permite constatar uma concentração industrial na região Sudeste do país desde então. A maior parte dos estabelecimentos registrados no Brasil possuía uma predominância manufatureira no setor têxtil algodoeiro, com 35% do capital investido e 30% de mão de obra, porém esse setor não foi classificado como indústria, apenas correspondia a pequenas oficinas, que tinham um grau muito demarcado de maquinários (VERSIANI e SUZIGAN, 1990:4).

Pode-se perceber também que os estados sinalizados no mapa da Figura 1, na cor cinza, não possuem estabelecimentos industriais; porque o Acre, por exemplo, era território pertencente à Bolívia, passando a pertencer e se tornando um estado da Federação Brasileira em 1920, Rondônia em 1981, Roraima (antigo território do Rio Branco) sendo promulgado como estado em 1988 juntamente com o estado do Tocantins e do Amapá (pela Constituição de 1988), e o Distrito Federal que até então era apenas uma área pertencente ao estado de Goiás, em 1960, se tornou formalmente a capital do Brasil (PORTAL BRASIL, 2009). Esses fatores auxiliam na compreensão sobre a falta do número de estabelecimentos no levantamento de 1907.

Figura 1: Estabelecimentos Industriais no Brasil em 1907



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IPEADATA, 2015.

Com o levantamento da quantidade de indústrias, percebe-se que esta atividade econômica começava a ganhar importância na produção brasileira, podendo atender às necessidades do mercado interno, o que até então era considerado “surreal”, pois o Brasil tinha uma cultura “*essencialmente agrícola*” (VERSIANI e SUZIGAN, 1990: 4), baseada principalmente na produção de café. O café, de 1910 a 1965 foi o principal produto exportado pelo Brasil (Tabela 1), representando mais de 50% dos produtos exportados, tendo uma queda apenas nas décadas de 1940/1950 representando 43,2% desses produtos, porém, ainda permanecia sendo o principal.

Tabela1: Principais produtos exportados no Brasil de 1901 a 1965 (em %)

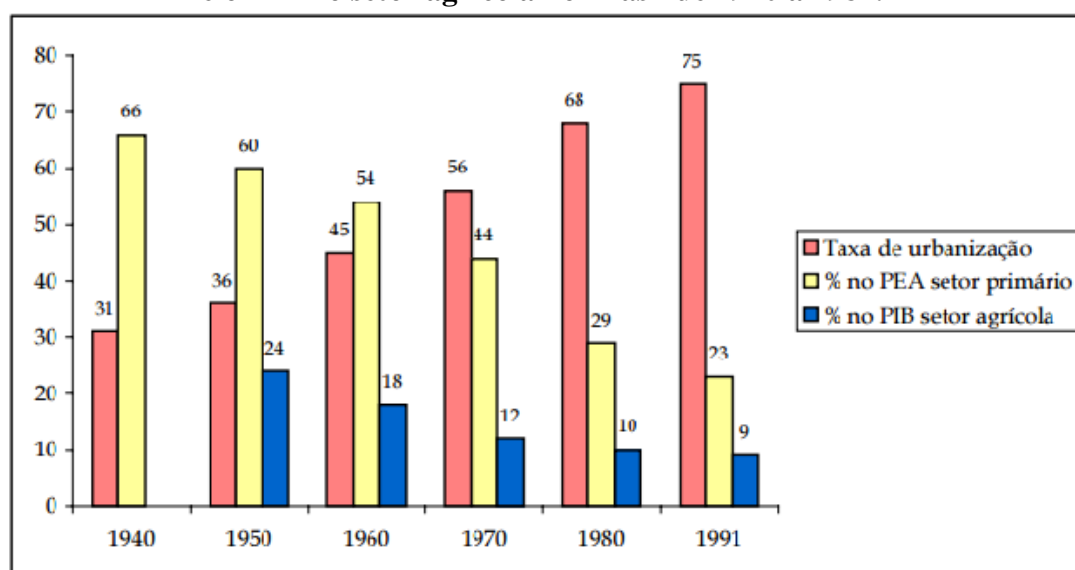
Período	Café	Borracha	Algodão	Outros	Total
1901/1910	51,3	28,2	2,1	13,6	95,2
1911/1920	52,4	11,4	2,0	18,4	84,2
1921/1930	69,6	2,5	2,4	14,0	88,5
1931/1940	50,0	1,1	14,3	12,2	77,6
1940/1950	43,2	1,1	11,3	11,0	66,6
1951/1954	63,8	0,2	9,9	9,0	82,8
1955/1960	60,0	0,1	4,5	10,7	75,3
1961/1965	50,6	0,3	7,7	8,9	67,4

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados fornecidos pela “Estatística do século XX” – IBGE, 2006.

A partir da década de 1930, a industrialização brasileira foi caracterizada por uma nova fase de produção, denominada por industrialização tardia ou restringida (1933 a 1954), sendo condicionada por muitos fatores políticos e econômicos, tanto internos quanto externos, proporcionando ao país dificuldade em manter seu *“tradicional modelo primário exportador”* (VICECONTI, 1977). Um exemplo de fator externo foi à crise de 1929 (queda da bolsa de valores de Nova York), forçando o Brasil a substituir muitos produtos importados por produção interna, principalmente produtos de bens de consumo duráveis, alavancando a industrialização do país. Também com a desvalorização da safra do café, foi necessário que o Governo tomasse medidas para reverter essa situação, como a queima de toneladas de café, e assim voltar a valorizar o produto, de “muita oferta e pouca procura”, para “pouca oferta e muita procura”. Um fator favorável para a industrialização brasileira, porém, agora interno, foi à chamada “Revolução de 1930”, conduzindo Getúlio Vargas ao poder de 1930 a 1945, que tinha sua *“administração baseada nos preceitos do populismo, nacionalismo e trabalhismo”*. (ALCOFORADO, 2000: 101). Um importante aliado para esse processo que transferiu o núcleo de produção do Brasil de agrário para industrial e que, conseqüentemente, também proporcionou ao Brasil uma expansão no crescimento urbano com elevada migração da população até então residente nos campos para a cidade, processo denominado “êxodo rural”, (que apesar de ser ter tido causas bem mais complexas como a concentração de terra), com essa grande quantidade de mão de obra que estava migrando para cidade devido a esse processo, houve automaticamente um aumento em mão de obra disponível para trabalharem nessas indústrias.

Com o aumento dessa população urbana, aumenta a taxa de urbanização e ocorre uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e da População Economicamente Ativa (PEA) no setor primário (Figura 2). A partir da década de 1940 a taxa PEA setor primário, ainda era bastante expressiva, já sobre o PIB agrícola não há informação, mas pode ser inferido devido aos valores das décadas seguintes. Nos anos 1970 o País já tem expressiva população urbana. A taxa de urbanização ultrapassa o PEA do setor primário e o PIB do setor agrícola, ambos em queda, o que explica o fenômeno chamado de “êxodo rural”.

Figura 2: Comparação da Taxa de urbanização, Percentual do PEA setor primário e o PIB no setor agrícola no Brasil de 1940 a 1981.



Fonte: ASSIS, 1999 (apud ALCANTARA E LUCENA, 1999).

Com a mudança do modelo produtivo no Brasil (de agrícola para industrial), surgiu a necessidade de que os trabalhadores passassem a obter conhecimentos para exercer novas funções exigidas pelas indústrias, desnecessárias quando exerciam sua função no campo. Sendo assim, criaram muitas escolas voltadas para a formação da nova classe trabalhadora industrial. Porém, até que os trabalhadores brasileiros adquirissem conhecimento necessário, as empresas contratavam imigrantes europeus para esses cargos que demandavam especialização. (ALCANTARA e LUCENA, 1999)

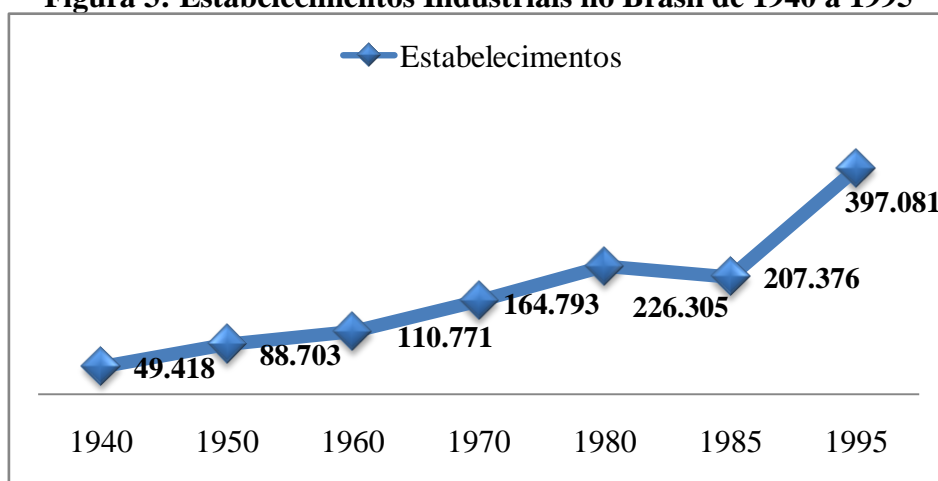
Após o início da década de 1940, (mais precisamente quando Vargas estava no poder, cujo teve uma participação significativa para o processo de industrialização brasileiro) contribuiu expressivamente para o processo industrial do país, no qual tornou

o Estado o maior investidor do Brasil, criando empresas públicas brasileiras como a Vale do Rio Doce (1942), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN em 1941) e outras, que teriam a função de atender à demanda nacional, proporcionando ao Estado manter ainda mais a concentração e centralização do capital nele, principalmente as indústrias de base. Como descreve Cara e França (2009),

“[...] foram criadas um considerável número de empresas públicas e privadas de pequeno e médio porte, que produziam para atender ao mercado interno. Dentre as empresas públicas, destaca-se: Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica Nacional, etc. A criação da Petrobrás engendrou um grande desenvolvimento das indústrias ligadas à produção de gêneros derivados do petróleo: tinta, plásticos, borracha sintética, fertilizantes, etc., atendendo ao mercado interno crescente” (CARA e FRANÇA, 2009).

Mas, apesar de todo impulso dado à industrialização no Brasil, é a partir de 1950 que nota-se uma mudança significativa do número de estabelecimentos industriais, 88.703, cerca de 79% a mais que em 1940 (Figura 3) sendo assim, a industrialização brasileira passa da “Industrialização Restringida” para “Industrialização Pesada” (1956 a 1980), conseguindo “*desenvolver o padrão estabelecido e difundido amplamente nos países desenvolvidos e liderado pelo complexo metal-mecânico e químico, ou seja, com base no paradigma de produção em massa*”. (SUZIGAN, 1988: 6).

Figura 3: Estabelecimentos Industriais no Brasil de 1940 a 1995



Fonte: Criado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IBGE e IPEADATA, 2015.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubistchek (1956-1960) dirigiu sua política econômica para alcançar sua meta de campanha “50 anos em 5” que era

desenvolver o Brasil economicamente, industrialmente e socialmente; criando então um Programa denominado “Plano de Metas”, que objetivava abranger “*cinco diferentes grandes metas: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação.*” (CAPUTO e MELO, 2008: 5).

Como consequência desses fatos, a industrialização brasileira seguiu “firme e forte”, estando cada vez mais competitiva e atualizada, atraindo sempre mais os investimentos de capitais estrangeiros. Mais tarde, a crise e a competição por indústrias oligopolistas em países centrais (Europa), contribuíram também para a industrialização brasileira, pois com

“a criação da Comunidade Econômica Européia em 1957 gerou uma discriminação contra as exportações norte-americanas para a Europa, em favor dos países membros, fato que também afetou positivamente a atração do investimento estrangeiro para o Brasil (CAPUTO e MELO, 2008: 4)”.

Depois de finalizado esse excessivo processo de industrialização, caracterizado pela década de 1950, era esperado um futuro extremamente otimista em relação à economia nacional, principalmente no que se referia à capacidade interna de acumulação do capital (AREND, 2004: 70). Porém, não foi isso que ocorreu na década seguinte (1960), pois, mesmo com o aumento de estabelecimentos industriais em 1960 (cerca de 25%), podem ser consideradas pequenas em relação ao aumento da década anterior (ver Figura 3). Sendo assim, pode-se concluir que a industrialização do país, não teve o mesmo desempenho de antes. Esses fatores são consequências herdadas da desaceleração da atividade econômica nesse período, que objetivava uma maior concentração de renda, e já não era tão interessante financiar a industrialização no país como antes. Essa década também foi marcada por uma crise política interna com a renúncia de Janio Quadros (1961) e, mais tarde, em 1964, pelo chamado “golpe militar”, em que João Goulart, vice-presidente de Quadros, que assumira a presidência após a sua renúncia, foi deposto; afetando também, de forma direta ou indireta a industrialização nacional.

A década de 1970 no Brasil foi marcada pela “*fase de expansão da economia que se caracterizou pelo crescimento relativo da indústria ‘pesada’, como a produção de bens de capital e o setor petroquímico*” (VERSIANI e SUZIGAN, 1990: 3) que foi proporcionado pelo denominado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), que nada

mais é que a revolução da industrialização no período do Regime Militar, que recuperou o Brasil economicamente e industrialmente, tornando-o um país convergente em relação a investimentos de capital de grandes indústrias, além de disponibilidade de matéria-prima e mão de obra abundante e barata (CLEPS, 2003). Tendo como consequência um aumento no número de estabelecimentos industriais com (49%) do que na última década (1960). E também foi marcada por uma “desconcentração industrial” ocorrida no Estado de São Paulo e sua capital, favorecendo o interior do Estado e outras regiões do país. Ainda em 1970, com o incremento do I PND, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1974 até 1984 (ativo durante 10 anos), também proporcionou o crescimento da economia, refletindo nas indústrias. Sendo o I PND (1968-1973) um plano que objetivava preparar o Brasil em questão de infraestrutura para as décadas seguintes, tratando principalmente de transportes e telecomunicações. E o II PND, pretendia fazer com que a economia ficasse voltada para produzir energia, alimentos, insumos básicos e bens de capital (MATOS, 2002: 46-50).

Entre os anos de 1970 a 1980, de acordo ainda com a Figura 3, o número de estabelecimentos industriais aumentou em 37%. Mas, ao tratar da década de 1980, conhecida também por “década perdida”, mais precisamente entre 1980 a 1985, no Brasil houve uma queda de 8,36% de estabelecimentos industriais, destoando do processo de industrialização brasileiro, que até então não havia tido quedas. Devido a essa queda, durante esse período a economia teve uma estagnação, porque as indústrias pararam de crescer.

Entre as décadas de 1980 e 1990, alguns autores como Gonçalves (2000) e Marquetti (2002 apud Silva, 2014: 46) e Palma (2005 apud Laplane, 2006: 6), retratam um processo que chamam de “desindustrialização brasileira”, porém o que fez com que chegassem a essa conclusão é que a participação industrial no PIB nacional teve queda brusca, além de uma redução significativa da participação dos empregos fornecidos por ela, quando comparado com os outros setores da economia brasileira, principalmente o setor de serviços. Porém, há controvérsias, sobre essa possível desindustrialização, pois para Nakahodo e Jank (2006) Nassif (2008), Schwartzman (2009), Bonelli e Pessoa (2010), Soares e Teixeira, (2010) e Squeff (2012 apud Silva, 2014: 46) que são economistas ortodoxos,

pouco se importam se o país está passando ou não por um processo de desindustrialização e argumentam que o país na verdade passa por um

processo de modernização da indústria favorecido pelo câmbio apreciado, constituindo o reflexo das políticas neoliberais dos períodos anteriores, garantindo ao país um desenvolvimento sustentável. (NAKAHODO e JANK, 2006; NASSIF, 2008; SCHWARTSMAN, 2009; BONELLI e PESSOA, 2010; SOARES e TEIXEIRA, 2010 e SQUEFF, 2012 apud SILVA, 2014: 46)

É muito importante ressaltar que quando se trata desse possível processo de desindustrialização, que foram determinados por economistas, nos quais não se leva em consideração o aumento de estabelecimentos industriais no Brasil e sim a participação industrial no PIB, e também de empregos fornecidos para a população através das indústrias. Rowthorn e Ramaswany (1999 apud Oreiro e Feijó, 2010) diz que:

a desindustrialização pode ser causada por fatores internos e externos a uma determinada economia. Os fatores internos seriam basicamente dois, a saber: uma mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços.

No ano de 1990, não foi realizado um censo industrial, apenas em 1995, quando se observa um aumento de 91% em relação a 1985, podendo-se concluir que a industrialização brasileira deu um grande salto no número de estabelecimentos industriais (ver Figura 3). A década de 1990 foi marcada por inúmeras reformas de caráter tanto estrutural como econômico, que objetivava restabelecer de forma definitiva a economia do país, depois da crise do período anterior, mais precisamente entre 1980 a 1985, quando se há queda no número de estabelecimentos industriais como se pode observar na Figura 3 também.

Uma das medidas tomadas pelo Estado para tentar repor e manter a economia, foi o “Consenso de Washington” (1989 início de 1990), formado por 10 medidas impostas por países ricos, principalmente os EUA, com argumento de que países “subdesenvolvidos” necessitavam adotar tais medidas para saírem da crise, se desenvolverem e estabelecerem suas economias. Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014):

A década de 1990, apesar de modesta, é caracterizada pela recuperação do setor industrial, se comparada aos dez anos anteriores. Naquele período, o País dá continuidade ao processo de abertura comercial com redução de tarifas de importação e reformulação dos

incentivos às exportações (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014).

Foram também adotadas as políticas de um cunho neoliberal, sobressaindo o governo de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que proporcionou através destas, a abertura do mercado nacional para o mercado internacional, deliberando a instalação de grandes indústrias multinacionais, e ressaltando principalmente as Privatizações de grandes empresas brasileiras, consideradas como tesouros da economia nacional, como por exemplo, a Telebrás (1998) e a Companhia Vale do Rio Doce (1997). A década de 1990, foi caracterizada também pela criação do Mercosul (Tratado de Assunção, assinado no dia 26/03/1991), que tinha como objetivo reduzir as taxas dos produtos comercializados entre os países pertencentes o grupo (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), sendo o resultado do aumento de “trocas” comerciais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2014). Essa aliança acarretou menores taxas entres os países pertencentes ao grupo e a industrialização brasileira ganha mais um mercado, precisando aumentar sua produção para mantê-lo. Segundo Batista (1994),

as exportações brasileiras para os parceiros no Mercosul aumentaram consideravelmente em importância nos últimos três anos, desde 1991, quando foi assinado o Tratado de Assunção. Cresceram de 2,3 para US\$ 5,4 bilhões em 1993, passando, em termos percentuais, de 7.3% para 13.9% do total, em ritmo nitidamente superior às exportações destinadas ao resto do mundo. (BATISTA, 1994).

Na década de 2000, segundo Costa (2000), *“encerrou-se o século do protecionismo industrial”, e com ele deixa de existir não só um dado modelo de intervenção do Estado, mas também o empresariado industrial a ele correlato*”.

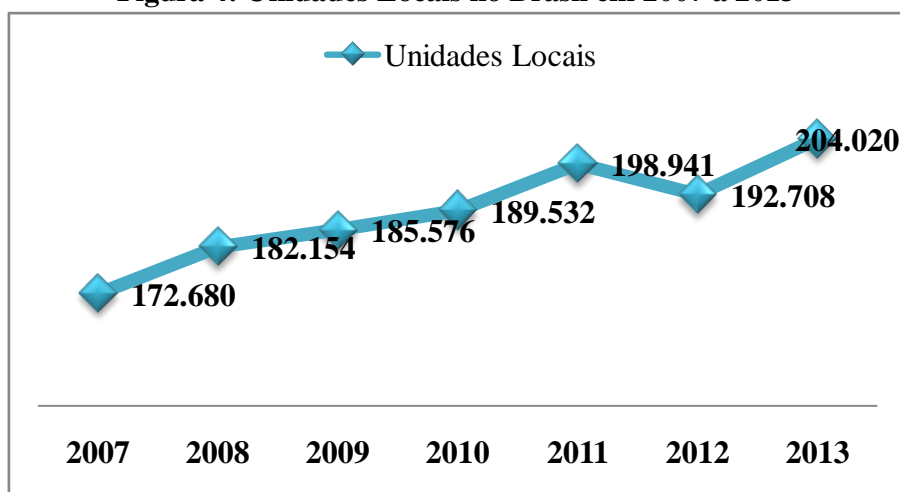
Porém, alguns autores defendem que a década de 2000, foi marcada pela retomada de uma pavimentação da política industrial no país. Segundo Bastos (2012: 127)

A década de 2000 foi profícua em ações em prol da inovação na economia brasileira, com ampla mudança em sua agenda de política tecnológica em virtude da instituição de novo marco legal e novos instrumentos de estímulo, em sua maioria de âmbito federal, conjugando financiamentos não reembolsáveis e reembolsáveis, participação acionária e incentivos de natureza tributária. O desenho desses instrumentos, que remonta à virada da década, foi crucial na

pavimentação do caminho de retomada da política industrial no país (BASTOS, 2012: 127).

O aumento de estabelecimentos na década de 2000, mais precisamente de 2007 a 2013 (Figura 4), pode ser considerado como reflexo dessas políticas industriais, exceto em 2012, quando se tem uma queda de 3%, mas recuperada em 2013, quando foram contabilizados 204.020 estabelecimentos industriais, tendo um aumento de 6%. Sobre esse declínio ocorrido em 2012, de acordo com a Agência do Estado (2013) “*O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria caiu 0,8% em 2012 ante 2011*”.

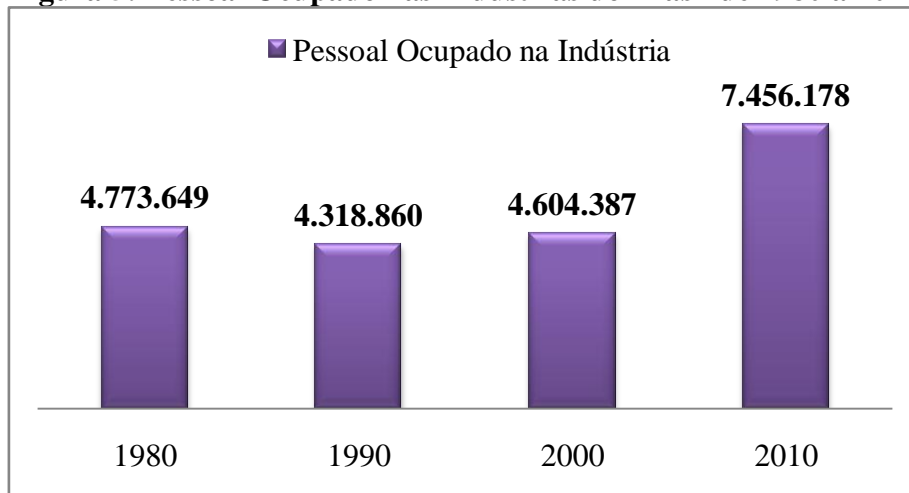
Figura 4: Unidades Locais no Brasil em 2007 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IBGE/IPEADATA, 2015.

No mesmo período, pode-se observar que há um aumento no pessoal empregado nas indústrias (a partir de 2000) depois de uma elevada queda em 1990. Já ano de 2010, o aumento é de 62% em relação a 2000 (Figura 5).

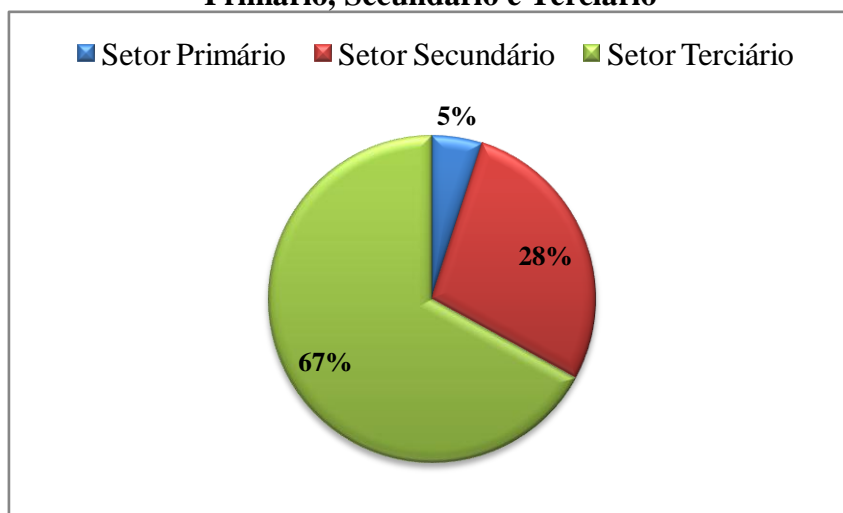
Figura 5: Pessoal Ocupado nas Indústrias do Brasil de 1980 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IBGE, 2015.

Porém, quando se trata da participação no PIB nacional no ano de 2000, o setor terciário representa 67%, ou seja, é atualmente a base da economia nacional, com o restante sendo dividido entre os setores Primário (5%) e Secundário (28%) (Figura 6) (IBGE, 2015). Ou seja, nos anos 2000, o PIB brasileiro é basicamente dependente do setor terciário, que abrange os comércios e serviços presentes no país, podendo concluir que a indústria não exerce mais o principal função econômico do Brasil, porém ainda é um importante representante.

Figura 6: Composição do PIB Brasileiro em 2000 (em %) de acordo com os Setores Primário, Secundário e Terciário



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IBGE, 2015.

3. CAPÍTULO 2: CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

No Brasil, quando se trata do processo de industrialização, o tema se torna complexo, pois de acordo com Pintaudi e Carlos (1995: 5) ele não pode ser compreendido, se o Estado de São Paulo não estiver presente nas análises, já que é considerado local da gênese desse processo. Isto se deu, porque nesse Estado (principalmente em sua capital), se apresentaram no “*final do Século XIX, as circunstâncias que permitiam e garantiram o florescimento da indústria no País*”. (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 5). Sendo assim, esse capítulo pretende tratar e discutir a concentração e desconcentração industrial no Estado de São Paulo e sua capital.

3.1 Até a década de 1930

O processo de desenvolvimento industrial paulista possui características e ritmos diversos ao longo de sua formação. Durante o período de 1850-1930 é importante assinalar que a dinâmica da economia brasileira era voltada para o mercado externo, tendo o café como principal integrante dessa economia, e proporcionando a partir de então bases para futuras lideranças e mais tarde originando ou impulsionando as atividades industriais:

O setor cafeeiro proporcionou as bases da futura liderança industrial paulista. De fato, a acumulação de capital da economia exportadora cafeeira de São Paulo tornou-se responsável pelo início dos investimentos industriais, pois, utilizando-se desse capital, a elite cafeeira paulista passou a diversificar seus negócios, dando origem a atividades industriais ou as impulsionando (CAVANI, 2006:10).

Segundo Pintaudi e Carlos (1995: 9) as primeiras indústrias implantadas em São Paulo, em 1850, não podiam ser declaradas como processo de industrialização, por serem amparadas pelo capital mercantil. Na tabela 3, pode-se observar o crescimento desses estabelecimentos industriais em São Paulo, de 1 (1860-1864) para 1867 (1915 a 1919). Na mesma tabela, para os anos de 1855 a 1859 não há informação, mais tarde (1860 a 1864), há uma queda de 2 para 1 em relação a 1850-1854. Queda, que também ocorre em 1875-1879, quando são registrados 3 estabelecimentos a menos que de 1870 a 1874. Nos anos seguintes, até 1919, há um aumento crescente.

Tabela 2: Estabelecimentos Industriais em São Paulo de 1850 a 1919

Período de Fundação	Estabelecimentos
De 1850 a 1854	2
De 1855 a 1859	-
De 1860 a 1864	1
De 1865 a 1869	2
De 1870 a 1874	7
De 1875 a 1879	4
De 1880 a 1884	23
De 1885 a 1889	55
De 1890 a 1894	138
De 1895 a 1899	161
De 1900 a 1904	334
De 1905 a 1909	414
De 1910 a 1914	1038
De 1915 a 1919	1867
Sem declaração	99

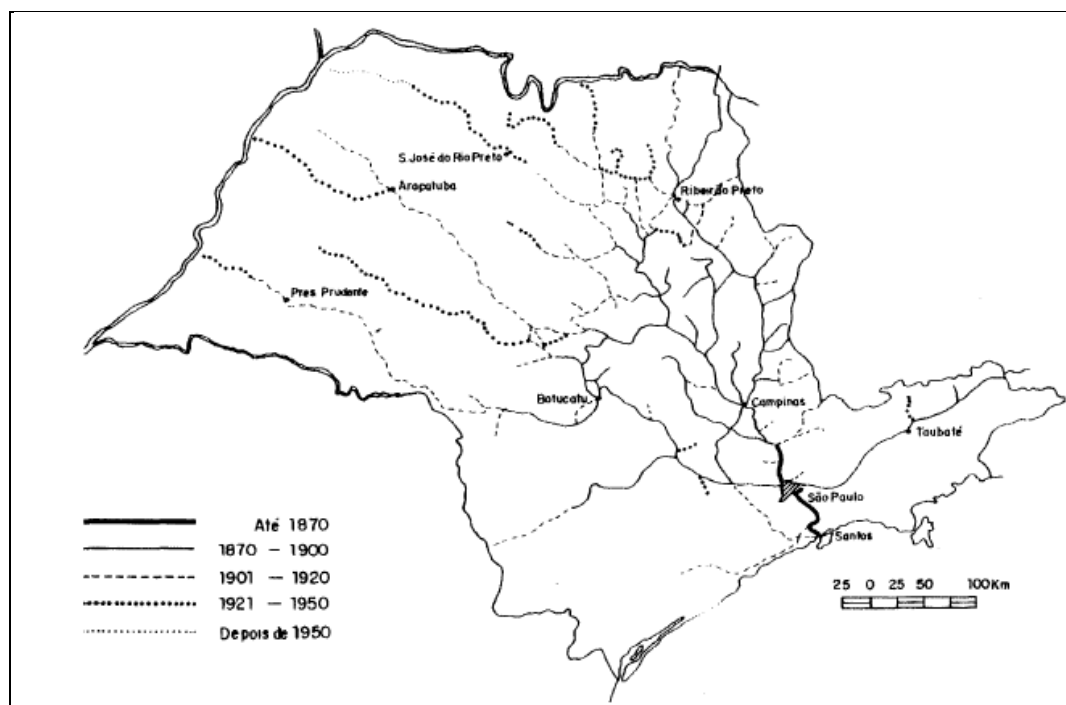
Fonte: A Cidade de São Paulo, vol.III, 1958: 35, apud Pintaudi e Carlos, 1995: 9.

Com a formação dessas unidades fabris, mesmo com a falência de muitas, ocorreram mudanças na dinâmica espacial, pois a partir desse processo houve expansão da estrada de ferro, implantação de redes bancárias e introdução de imigrantes nas grandes lavouras de café, uma migração expressiva para o Brasil, principalmente São Paulo e sua capital, sendo contabilizados quase 1,78 milhões em 1877 a 1914, sendo quase a metade de origem italiana (47,5%); esse processo é decorrente dos impulsos dados pelo Governo Paulista ao subsidiar diretamente os custos de transportes desses imigrantes, a fim de baratear o custo da produção (REOLON, 2013: 52). Mais tarde, com a mudança desses fatores condicionantes da economia, passando de agrícola para industrial, esses imigrantes migram do campo para as cidades, sendo a capital, São Paulo, a maior afetada nesse processo migratório, pois a maioria dessa população de imigrantes se direcionava a ela, principalmente pelas indústrias se instalarem. Assim como no campo, a cidade também tinha maior parte de imigrantes composta por italianos, podendo

ser identificada como uma “cidade italiana” no início do século XX, os italianos se ocuparam principalmente na indústria nascente e nas atividades de serviços urbanos. Chegaram a representar 90% dos trabalhadores ocupados nas fábricas paulista, em 1901 (IBGE, 2015).

As ferrovias implantadas pelos mesmos, até 1870 eram totalmente precárias, restrita a cidade de São Paulo até Santos (em razão ao Porto de Santos). De acordo com as análises da figura 7, em 1870 a 1900, as ferrovias evoluem, deixando de abranger somente São Paulo a Santos, se expandindo um pouco para o interior do Estado. Em 1901 até depois de 1950, as mesmas se expandem buscando a abranger o norte e noroeste de São Paulo, apresentando ferrovias em quase todo o estado, sendo um dos fatores condicionantes para a expansão do café nesse estado.

Figura 7: Evolução das ferrovias No Estado de São Paulo de 1870 até 1950



Fonte: F IBGE- Grande Região Sul, 1968- vol. IV, Tomo 11- Rio de Janeiro. Desenho: A. Rosalem/UNESP. Organizado por Pintaudi e Carlos, 1995: 8.

Com a abolição da Escravatura em 1888, os ex-escravos juntamente com os imigrantes europeus ampliaram o mercado popular brasileiro, principalmente em São Paulo, que não podia ser abastecido por produtos importados, devido ao elevado custo de mão-de-obra, criando então uma grande oportunidade para essa implantação industrial.

De acordo com IBGE (2015) dos 3138 estabelecimentos industriais presentes no Brasil em 1907, 327 se encontravam no Estado de São Paulo, e 141 na capital paulista. Em 1912, o Estado de São Paulo superou o Estado do Rio de Janeiro em número de estabelecimentos fabris que pagavam imposto de consumo, sendo até então, o Rio de Janeiro o estado com mais estabelecimentos fabris registrados no país, com 878 estabelecimentos em 1907; Essa mudança na dinâmica de estabelecimentos registrados passa a ser o seguinte em 1912: *“dos 9 475 estabelecimentos em atividade no Brasil, 3 321 se localizavam em São Paulo; 1 199 no Rio Grande do Sul; 732, em Minas Gerais; 642, no Distrito Federal; 587, no Rio de Janeiro, e os demais distribuídos em outros estados”* (PINTAUDI E CARLOS, 1995: 10).

3.2 Até a década de 1950

A década de 1930 é caracterizada por uma nova fase da industrialização, mais precisamente em 1933 a 1939, quando houve mudança do foco industrial, abrangendo o mercado interno, e não mais somente o externo.

Também, devido à crise de 1929, o quadro econômico brasileiro, é alterado havendo “*mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo industrial*” (SOUSA, 2009).

Embora a década de 1930 marque o início de notável expansão da economia brasileira – em que a indústria teve papel decisivo – é certo que nos anos iniciais desse período foi significativo o impacto da crise de 1929, desencadeada com a quebra da bolsa de Nova Iorque, e da Grande Depressão que a ela se seguiu. A indústria paulista – pelo fato de se manter parcialmente alimentada pela renda gerada na economia cafeeira, mais diretamente afetada pela crise – também sofreu, de imediato, os efeitos do movimento recessivo da economia mundial: produção e emprego sofreram quedas substanciais. (SAES e NOZOE, 2006: 1)

Essa industrialização em São Paulo se intensificou dando origem a uma expressiva concentração industrial num referenciado período conhecido como “Pós-Guerra” (após 1945), quando

favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a implantação de indústrias estrangeiras, como é o caso do setor automobilístico que desempenhou importante papel no processo de industrialização, marcou o caráter do nosso crescimento econômico e contribuiu ainda mais para a concentração financeira e a territorial das indústrias no Sudeste do País. A partir dele há uma nova estruturação das cidades, o que significa dizer que se reestrutura uma *nova* rede urbana determinada pelo traçado da rede rodoviária (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 8 - grifes original).

Pintaudi e Carlos (1995: 11), enfatizam também que a cidade de São Paulo, por apresentar “*certo grau de desenvolvimento urbano*”, tornou a implantação de indústria mais vantajosa junto dela. Portanto, um aumento industrial e conseqüentemente do capital cada vez mais concentrado e centralizado na região Sudeste, em São Paulo principalmente, acarretou uma elevada desigualdade econômica e social nas regiões do país, intensificando-se a partir da década 1950.

3.3 Até a década de 1970

A década de 1950 foi marcada pela transição da fase da industrialização restringida (1933 a 1955) para a industrialização pesada (1956 a 1980), ou seja, o Brasil passa a produzir bens de consumo duráveis, como automóveis, por exemplo, com a chegada de grandes multinacionais de setores dinâmicos em que se instalavam na região sudeste, principalmente em São Paulo e sua capital. Nesse período, mais (precisamente em 1950), os estabelecimentos industriais em São Paulo tiveram um aumento de quase 72% para a última década (1940) (Figura 8), concordando que

“a indústria paulista superou sua característica de industrialização restringida e passa para a fase da industrialização pesada (Plano de Metas, 1956 – 1960 implantado por Getúlio Vargas), contribuindo em favor de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, sistemas de comunicação, energia), fiscais (concessões de capital e isenções de taxa) e empresas estatais”. (SOUSA, 2009:4).

Pintaudi e Carlos (1995: 11) ainda completam que as mesmas foram marcadas por uma expansão da economia, orientada por uma política econômica, sendo sustentada pelo Governo Militar (1964-1985), que criou uma *“série de reformas econômicas que impulsionariam depois a retomada do crescimento da economia, contornando temporariamente as insuficiências do financiamento público”* (CAVANI, 2006: 23).

Em 1962 e 1967 houve uma desaceleração do crescimento econômico brasileiro, que foi caracterizado como “pior momento desde o pós-guerra”, fator decorrente das *“estritas bases técnicas industriais, desajuste entre oferta e demandas industriais, nível e distribuição de renda e ao sistema financeiro deficiente”* (CAVANI, 2006: 23). Mudando esse quadro, a partir de 1968, com o início da recuperação dessa crise através de um programa denominado “Milagre Econômico Brasileiro” (1968-1973), proporcionando à economia experimentar uma importante *“expansão influenciada pelas políticas fiscal, monetária e de endividamento impostas pelo regime autoritário e beneficiada pela conjuntura econômica internacional”* (CLEPS, 2003:68).

Fator importante também, dessas décadas foi alta migração de outras regiões do Brasil principalmente da região Nordeste do país, em direção ao Sudeste, em especial para o estado de São Paulo e sua capital, fator que foi possível através das

melhorias no sistema de transporte (proporcionado pelo Plano de Metas). Para Gomes (2006, 149-150) “o fluxo migratório nacional de maior destaque foi o dos nordestinos para São Paulo”.

A partir de 1970, o processo de desconcentração em São Paulo se inicia, tendo como principais contribuintes: “guerra-fiscal” (territórios dispostos a atrair indústrias, para um desenvolvimento, favorecendo as instalações dessas com diminuição ou anulação de taxas fiscais e imposto, atraindo cada vez mais indústrias), mão de obra barata e abundante, disponibilidade e proximidade de matéria-prima, a fim de diminuir os gastos, refletindo no produto final para o consumo.

Para Sobrinho e Azzoni (2014: 9-10) o processo de desconcentração pode ser separado em três etapas, que seriam:

- 1970 a 1979: considerada uma desconcentração positiva, ou virtuosa, com um notável aumento da diversidade da estrutura positiva, caracterizando um processo de fortalecimento dos nexos inter-regionais, que consequentemente diminuiriam as desigualdades entre as mesmas.
- 1980 a 1989: classificada como uma desconcentração espúria, devido ao baixo crescimento econômico da década, negativo para muitos setores industriais.
- 1990 a 2005: uma desconcentração ainda espúria, possuindo um baixo crescimento médio anual do PIB (Produto Interno Bruto), com 2,4% em termos nacionais, com menor valor de 1,8% para o Estado de São Paulo

Ainda nesse subcapítulo será tratada a primeira etapa do processo de desconcentração industrial. Após o início dos anos de 1970, que até então teria sido caracterizado por uma forte concentração industrial em São Paulo e sua capital, essa dinâmica começa a se alterar, dando início ao processo de desconcentração da produção industrial, que teve três direções diferentes: Município de São Paulo para o interior do Estado de São Paulo, o Estado de São Paulo para outras regiões do país, dando uma ênfase ainda para regiões nas proximidades do Estado, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul formando o polígono industrial Sul/Sudeste, que serão discutidas mais a frente do capítulo. Devido às políticas criadas pelo Governo Federal e do Estado de São Paulo para iniciar esse processo de desconcentração:

Quando, em 1970, a indústria paulista atinge 58,2% da indústria nacional, tanto o governo federal quanto o governo do Estado de São Paulo implementam ações na tentativa de lograr uma desconcentração industrial. Eram ações que visavam reduzir as diferenças regionais, provocadas pelas mudanças ocorridas na economia nacional, através da transferência de parte da estrutura produtiva das áreas mais industrializadas para outras áreas. [...]. (CAVANI, 1996: 13).

A partir daí começa a haver um grande deslocamento em direção aos Estados limítrofes, esses que seriam os

Estados do Sul e de Minas Gerais, assim como no interior de São Paulo, surgindo uma espécie de polígono que ia do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, fazendo com que as transformações ocorridas fariam com que o processo de desconcentração ficasse restrito às cidades localizadas no interior de tal polígono (SABOIA, 2013) (ver Figura 8).

Figura 8: Polígono Industrial Brasileiro Sul/Sudeste em 1991



Fonte: Elaborado por Stamm (2005) a partir de Andrade e Serra (2001a, p. 346) – Malha regional digital do Brasil – IBGE (1997) apud Stamm, Staduto, Lima e Wadi (2013: 256).

Outras regiões brasileiras que se beneficiaram dessa desconcentração em São Paulo foram a Região Norte e a Nordeste, pois ofereciam integração necessária e política de incentivos regionais que estimularam importantes migrações de capitais

para que esse processo aumentasse cada vez mais as cidades descritas como “médias” e algumas pequenas. De acordo com Motta e Mata (2009):

Desde a década de 1970, as cidades médias têm desempenhado um papel relevante na dinâmica econômica e espacial do País. Não há consenso sobre um conceito de cidades médias. Sua definição depende dos objetivos de especialistas e de políticas públicas específicas. Entretanto, o tamanho demográfico tem sido o critério mais aplicado para identificar as cidades médias, que podem ser consideradas aquelas cidades com tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes (MOTTA e MATA, 2009).

Segundo Izique (2012: 73):

O processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo, iniciado na década de 1970, alterou profundamente seu mapa e território: a mancha metropolitana da capital se expandiu em direção ao Vale do Paraíba, Sorocaba e às regiões de Campinas e Ribeirão Preto, conglomerados urbanos especializados se formaram ao longo de uma densa malha rodoviária e as cidades médias assumiram a liderança do mercado em seu entorno (IZIQUE, 2012: 73).

E outras cidades, que se denominam como municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como Barueri, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Osasco que também tiveram uma forte industrialização, como é citado por Lencioni, (2008: 12) quando diz que:

A cidade de São Paulo e mais 4 municípios: Barueri, Guarulhos, São Bernardo do Campo – todos pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo – e, ainda o município de Campinas, respondem por cerca de 50% do PIB paulista com 50% desse valor adicionado da indústria paulista [...].

O deslocamento dos estabelecimentos industriais para o interior, a maioria em uma distância média de 150 a 200 km do centro metropolitano, fizeram com que a metrópole de São Paulo permanecesse ainda o principal centro econômico do Brasil, cujos limites formaram o maior direcional de pesquisa/tecnologia do país (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 14).

Um fator importante decorrente desse processo foi que até antes desse processo de desconcentração industrial da metrópole, o fluxo migratório era direcionado principalmente para a Capital, São Paulo. Após esse processo, esse fluxo migratório passa a ser direcionado ainda para o estado de São Paulo, mas agora para o interior paulista, processo denominado de reversão de polarização da metrópole (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 14). Portanto, ao industrializar o Interior do Estado (a partir desse

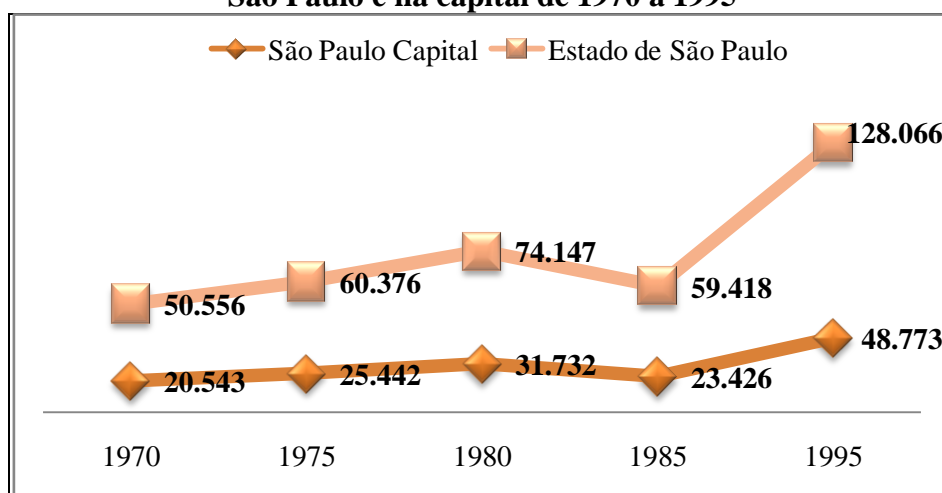
processo de desconcentração) e os estados limítrofes (principalmente em Minas Gerais) como foi citado acima, pode-se considerar uma “reconcentração industrial” na região Sudeste.

3.4 Pós anos 1980

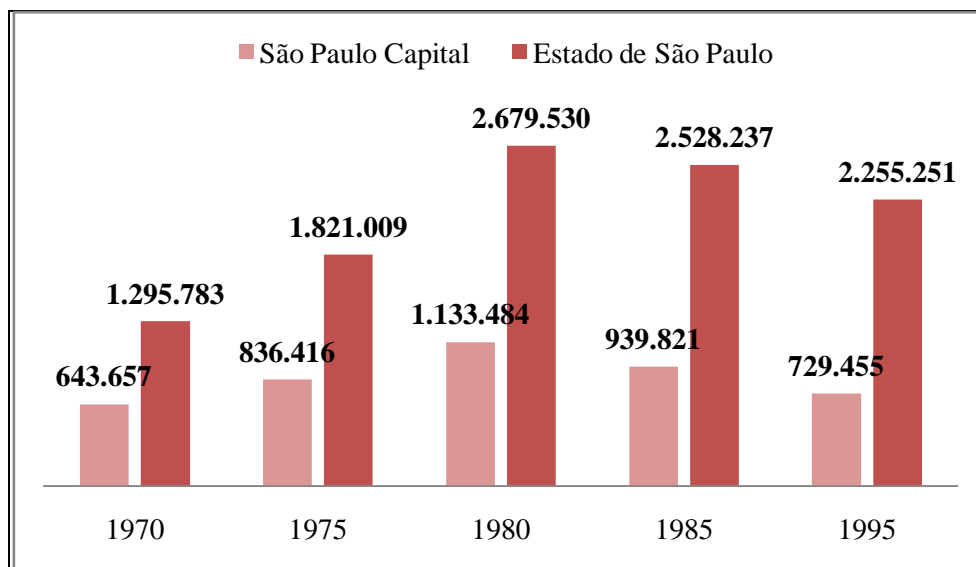
A partir da década de 1970, houve um início do processo de desconcentração industrial de São Paulo, porém, esse processo se consolida nos anos de 1980 (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 13).

De acordo com Sobrinho e Azzoni (2014: 9-10) esse processo a partir da década de 1980, mais especificadamente em 1985, já não era considerado como uma desconcentração eficaz, pois seu crescimento econômico declinava. Nesse mesmo período também houve declínio dos estabelecimentos industriais presentes no Brasil, ocasionando a queda dos mesmos no Estado de São Paulo com 24,5% e em sua capital com 35,5%, comparados ao ano de 1980 (Figura 10). Com o declínio no total de estabelecimentos industriais, conseqüentemente houve queda no pessoal ocupado na indústria, declínio de 5% no Estado de São Paulo e 20% na capital paulista (Figura 11).

Figura 10: Comparativo dos Estabelecimentos Industriais presentes no Estado de São Paulo e na capital de 1970 a 1995



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IPEADATA, 2015.

Figura 11: Pessoal ocupado na Indústria de São Paulo 1970 a 1995

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IPEADATA, 2015.

Sobrinho e Azzoni (2014: 9-10) consideram o período entre 1990 e 2005, outra etapa do processo de desconcentração industrial, chamando-o de período de desconcentração espúria, pelo alto declínio do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e do pessoal ocupado nos estabelecimentos industriais no Estado de São Paulo e na Grande São Paulo em meados desse século. Porém, a partir desse mesmo período, houve um aumento de estabelecimentos industriais em ambos, tanto no Estado como na Capital de São Paulo, embora insuficiente para reverter esse quadro.

Vale ressaltar que mesmo com esse declínio durante esse período, o Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, principalmente a Grande São Paulo e sua RMSP continuou sendo o maior Pólo econômico do Brasil, pois as indústrias se dispersaram, mas o capital ainda continuou centralizado. Não sendo um processo conjunto, pois no caso brasileiro do processo de desconcentração, não anda junto com a descentralização, porque as indústrias saem da Metrópole, porém, os seus centros de comando ainda permanecem nela. Ou seja, a produção não ocorre mais na capital paulista, mas, o que, como, quando e onde será produzido são decididos nela, onde ainda se encontram a maioria dos escritórios administrativos.

O fenômeno da desconcentração dos estabelecimentos industriais, acompanhado pelo fluxo migratório, tem sido chamado de reversão da polarização da metrópole, uma tendência que tem sido constatada no mundo, mas que, na realidade, no caso brasileiro tem que ser vista com reservas. Isto porque o que ocorre é o fato de que o setor

produtivo da indústria pode se separar espacialmente da área urbana da metrópole sem que o poder de decisão migre com ele, o que nos leva a considerar que as articulações espaciais fundamentadas na divisão espacial do trabalho transcendem os limites administrativos da aglomeração metropolitana, ampliando-se para outras regiões através da constituição de uma rede de comunicação e informação (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 82).

Esse fator de desmembramento das indústrias da Grande São Paulo com os escritórios administrativos presentes nela só foi possível pelo avanço das novas tecnologias, proporcionando uma produção de *“transformações na organização do trabalho e da produção, fato este que produz uma nova articulação espacial”* (PINTAUDI e CARLOS, 1995: 13), e principalmente do setor terciário do Brasil, que abrange comércio e serviços.

De acordo com Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2012) *“em 2010 o município de São Paulo manteve-se como o principal centro econômico do Estado e contribuiu com 35,6% do PIB paulista, proporção inferior aos 37,8% em 2000”*.

Essa mudança na dinâmica espacial da indústria em São Paulo permite pensar, no que ela se tornou a partir desse processo, cuja produção se dispersa, mas o capital e o comando não, cujo PIB cai, mas ainda continua sendo o principal centro econômico do Estado e do país, ou seja, proporcionando a condição de continuar mantendo o poder econômico brasileiro nela, mas que necessita de “serviços” para exercer essa função, sendo um dos principais motivos pelos quais o setor terciário (comércio e principalmente os serviços) teve um aumento expressivo a partir de então. De acordo com Cleps (2003: 83),

Nas últimas décadas, o Brasil tornou-se uma economia na qual o setor de serviços representa quase dois terços do emprego urbano metropolitano e, mais da metade do PIB, semelhante à economia dos países desenvolvidos. A expansão das atividades de serviços, em nível mundial, constitui uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano no século XX, pois além da sua dimensão em termos de renda e emprego, seus diversos segmentos proporcionam insumos fundamentais ao setor industrial, como é o caso, por exemplo, de seguros, das telecomunicações, dos transportes e de todo o setor bancário (CLEPS, 2003: 83).

Sendo assim, essa nova função da metrópole de São Paulo, será discutida no próximo capítulo.

4. CAPÍTULO 3: METRÓPOLE PÓS-INDUSTRIAL? METRÓPOLE DE SERVIÇOS? SÃO PAULO ATUALMENTE

A dinâmica posterior ao processo de desconcentração espacial das indústrias em São Paulo permite considerar várias hipóteses, sobre suas novas estratégias de localização, que serão retratadas nesse capítulo. A cidade de São Paulo é classificada como uma metrópole, porque segundo Ferraz (2004) as cidades metropolitanas e cidades globais, *“atuam como centros decisórios, conectando, através de novas tecnologias, alguns poucos trechos do mundo pela alta densidade de fluxos de informações e do capital financeiro”*. Porém, o mesmo autor defende que o caso brasileiro de metropolização, principalmente a cidade de São Paulo, foi mais uma *“fatalidade do que opção”* (FERRAZ, 2004). Devido aos diversos fatores citados no capítulo anterior, concluiu-se que mesmo após esse processo de *“desconcentração industrial”*, ocorrido a partir da década de 1970, no qual a cidade de São Paulo teve suas indústrias dispersas, o comando ainda permaneceu nela, ou seja, desconcentrou espacialmente muitas indústrias, mas a centralização do capital e do comando/centro decisório dessas indústrias dispersas, ainda permaneceu nela. Para Carlos (2009: 303)

há um movimento de diminuição dos estabelecimentos industriais – e, portanto, de desconcentração industrial – com centralização do capital, isto é, as indústrias se deslocam para outras áreas (muitas delas dentro do próprio Estado de São Paulo), mas mantêm na metrópole suas sedes.

Porém, não foram apenas indústrias que se deslocaram para o interior do Estado que manteve suas sedes na capital paulista, mas também as que se deslocaram para as outras regiões do país. Esse fator ocorrido na metrópole de São Paulo, não é uma tendência que ocorreu apenas em relação ao Brasil e a São Paulo, mais sim em todo o mundo. (CARLOS, 2003: 80):

a transformação econômica que constatamos em São Paulo, com a migração dos estabelecimentos industriais, não é específico desta metrópole, trata-se de uma tendência que ocorre em todo o mundo; sua especificidade se refere ao modo como essa mudança vai se realizar (CARLOS, 2003: 80).

Nesse capítulo buscamos analisar qual o atual papel da metrópole Paulista na atual dinâmica econômica brasileira e se a cidade é a uma metrópole pós-industrial ou a uma metrópole de serviços. Para que se possa entender e analisar o tema, é necessário

compreender primeiramente os conceitos de metrópole pós-industrial e metrópole de serviços.

Muitos autores como Mendes (2011: 474), defendem que com o avanço capitalista, cidades ocidentais passaram a se adaptar às transformações ocorridas nos territórios, herdadas do avanço da tecnologia informacional e telecomunicações (que ocorreram no Brasil na década de 1990), ‘readaptando suas bases econômicas, estruturas urbanas, políticas, e até mesmo suas composições socioculturais’. Sendo assim, dão origem a um novo tipo de cidade, que podem ser denominadas como cidades “pós-industriais”, “pós-modernas” e até mesmo “pós-fordista”, e com São Paulo, a maior metrópole da América Latina, não seria diferente. Já Meyer (2000: 7) classifica São Paulo como uma metrópole “contemporânea ou pós-industrial”, ou seja, essa nova denominação de metrópole é uma evolução da metrópole industrial, que após sua consolidação no século XIX, devido às atividades modernas representadas pelo homem (industrialização) originou também o homem moderno. Para o autor, a metrópole contemporânea ou pós-industrial é a transição entre o modo de produção industrial para o modo de produção tecnológico, que tem ao mesmo tempo uma *“forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura”* (MEYER, 2000:7), sendo assim não é apenas uma substituição da atividade industrial pela de serviços é muito mais complexo, concordando então com os relatos de Mendes (2011).

Santos (1990: 18), descreve que sem deixar de ser a metrópole industrial do país (mesmo com o processo de desconcentração a partir da década de 1970) São Paulo tornou-se também a *“metrópole dos serviços, das atividades do terciário, ou, ainda melhor, quaternária, o grande centro das decisões, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens”*. E o mesmo autor ainda completa, que São Paulo, pode-se dizer que é *“uma metrópole onipresente em território nacional, sendo, também, o lugar em que são mais fortes e significativas as relações internacionais”* (SANTOS, 1990: 7).

Ao retratar os conceitos de metrópole de serviços, Sugimoto (2008), concorda com Santos (1990) e defende que a metrópole de São Paulo, não é considerada apenas uma metrópole de serviços, porque para ele *“é a indústria que continua determinando a*

dinâmica da economia na metrópole. O setor terciário realmente se desenvolveu bastante, mas em função da indústria, e não ‘apesar’ dela”.

Acca (2006) define que São Paulo atualmente não é estabelecido como um espaço “pós-industrial” ou terciário (comandada pelos serviços e comércios) e sim, uma Metrópole Industrial de Serviços, e defende também que ao se tratar exclusivamente do setor industrial ou segmento de serviços, as conclusões são complementares, pois São Paulo se tornou uma Metrópole Industrial de Serviços, que como cita Veltz (2002) apud Acca (2006):

o setor de serviços está muito longe de representar um deslocamento do setor industrial como fonte de riqueza e desenvolvimento, age como um determinante locacional basilar na construção de uma *nova economia industrial* – altamente dependente do setor de serviços –, o que faz da metrópole fator essencial nesse novo esquema de organização socioespacial (VELTZ, 2002 apud ACCA, 2006).

Após análise dos conceitos expostos acima, concordamos que São Paulo atualmente tem se tornado uma “metrópole industrial de serviços” e não metrópoles distintas como propostas pelos autores acima, pois o que liga uma definição a outra é que o setor terciário se expandiu expressivamente após o processo de desconcentração industrial em São Paulo. Ou seja, mesmo que a indústria continue sendo o setor produtivo, dinâmico e complexo, com novas modalidades, “*emprega atualmente um menor número de trabalhadores, porém, mais qualificados, e gerando diversas atividades de apoio à produção industrial, como serviços técnicos, financeiros, de telecomunicações e transporte*” (VÉRAS, 2001: 3). Sendo assim, esses fatores possibilitam que São Paulo ainda continue tendo importância crescente no território brasileiro.

E para Vêras (2001: 4), a metrópole paulista, com o deslocamento de grandes sedes industriais para cidades do interior do Estado e para outras regiões brasileiras, obteve como consequência a centralização ainda maior do poder industrial do país. Mudando a dinâmica municipal, originando

uma nova configuração urbana, caracterizada pela ênfase e expansão das funções de controle, comando e administração de grandes empresas implantadas principalmente na sede metropolitana, em

detrimento das funções de produção, que hoje declinam (VÉRAS, 2001: 4).

O que fez com que os setores terciários do país ganhassem mais força a partir de então, pois quando uma indústria se desloca, e seu poder central permanece na sua antiga localização, os setores de serviços (tanto os de telecomunicações, como os de logística) são primordiais para manter a empresa. Como se pode observar nos capítulos anteriores, esse status da grande São Paulo, atualmente, é uma consequência do modo de desenvolvimento industrial do país, das escolhas políticas e econômicas, transformando o seu *“perfil de metrópole industrial do Terceiro Mundo no de metrópole de “serviços” e “informacional”, característico das cidades – pólo das economias de fluxo na rede mundializada contemporânea”*. Segundo Véras (2001:4):

O setor terciário ganha importância, particularmente os setores diretamente ligados ao capital e a sua gestão. São Paulo vem conhecendo transformações pelas quais o mundo todo também tem passado, alterações que obedecem não só aos determinantes do que se convencionou chamar de “globalização”, mas igualmente aos fatores que se prendem às especificidades da sociedade brasileira.

Então, após todas essas informações São Paulo pode ser considerada como qual tipo de metrópole? É importante ressaltar, que os autores citados defendem que São Paulo, independentemente de sua denominação atualmente, teve um elevado aumento do setor terciário, a partir dessa desconcentração industrial, que só teve a possibilidade de se desenvolver devido às indústrias, principalmente quando desconcentraram, porque a metrópole Paulista ainda continua sendo o centro do capital e de comando, cujo número vem aumentando expressivamente. Porém, ao analisar os conceitos, percebe-se que ambos têm o mesmo significado. Portanto, sua denominação é determinada a partir do que o autor pretende expressar. Provando a teoria de ambos os autores citados, de que São Paulo teve um aumento expressivo do setor terciário após essa desconcentração, a sua evolução será analisada logo adiante.

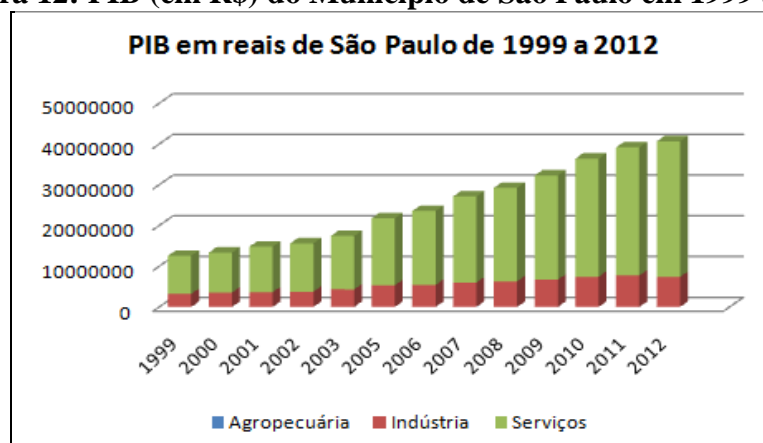
Com a fragmentação do processo de produção industrial, serviços que antes eram desenvolvidos no interior das indústrias, passam a ser terceirizados, fazendo com que esse número do setor terciário aumentasse significativamente. Sendo assim Acca (2006), defende que esse avanço terciário é o resultado dos processos de *“reordenação produtiva das indústrias”*. Dando origem a um sistema denominado “just-in-time” (em que cada localidade é responsável por produzir uma peça/equipamento para formar o

produto final), sendo esse fator não contrário ao setor secundário, e sim complementar nesse processo, dando à metrópole outra função na dinâmica econômica brasileira, como é descrito por Cleps (2003: 87)

A nova indústria da economia globalizada, que utiliza o sistema “*just-in-time*” e que não precisa de grandes áreas para seus estoques, precisa estar próximo a um mercado de alto potencial de consumo enquanto se beneficia da proximidade dos centros de conhecimentos e de informações. Por isso, observa-se na atualidade a criação de importantes pólos tecnológicos em todo o país, especialmente em São Paulo. Assim, no caso das indústrias, a opção pelo interior não trouxe consigo o esvaziamento da metrópole, pois ela tornou-se o centro das decisões financeiras, uma cidade global conectada, ao mesmo tempo, com todo o mundo (CLEPS, 2003:87).

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo IPEADATA e o IBGE, as transformações econômicas no município de São Paulo, quando se trata de agricultura, indústria e serviços (Figura 12), durante o período de 1999 a 2012, exceto o ano de 2004 (que não possui informações), o setor de serviços representa um aumento constante do PIB nacional, sendo em 2012, contabilizados R\$ 332.969.808,00 desse setor, contra R\$ 20.441,00 da agricultura e R\$73.654.743,00 da indústria. Sendo que, ainda de acordo com o gráfico, nota-se que a indústria teve uma queda nesse mesmo ano, contabilizando R\$ 3.507.284, 00, representado quase 23% a menos que os setores de serviços de São Paulo. Também, percebe-se que a agricultura, nem é notada no gráfico sem que observe a legenda, de tão insignificante que é sua contribuição no PIB paulista. Se levar em conta apenas esses dados estatísticos, acredita-se que São Paulo então, se tornou uma metrópole de serviços, cujo PIB municipal, é baseado basicamente nesse setor terciário.

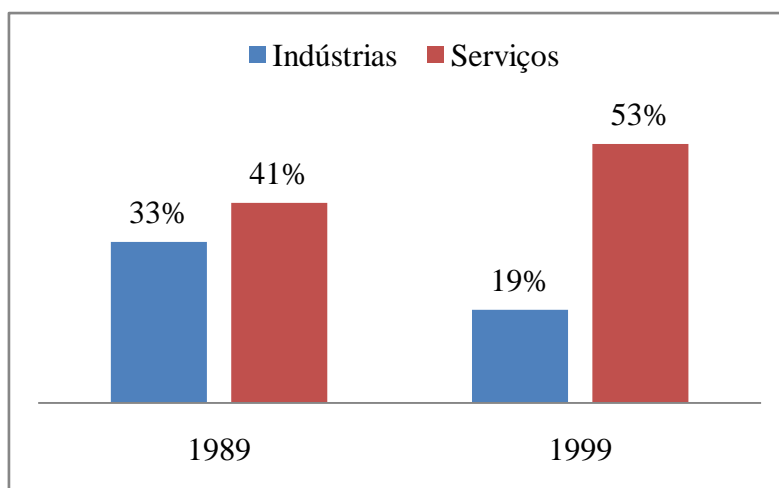
Figura 12: PIB (em R\$) do Município de São Paulo em 1999 a 2012



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo IBGE, 2015.

Como consequência desse aumento do setor terciário, conseguinte o total da população empregada na mesma terá aumentado, como pode observar na Figura 13, quando o total de empregados na indústria declina 14% em 1999 em relação a 1989, sendo o mesmo período quando é registrada essa queda, há um aumento expressivo no total empregado no setor de serviços (34%), sendo 20% a mais em relação às indústrias. Quando se trata do setor terciário, do total empregado por ele, possui grande variação dos cargos fornecidos por elas, indo desde cargos intelectuais, a cargos braçais. Em 2000, os serviços representavam cerca de 60% dos empregados no município de São Paulo, um aumento de 7% em apenas um ano, e observando uma queda de 0,8% nas indústrias.

Figura 13: Pessoal ocupado na indústria e no setor de serviços em 1989 e 1999.



Fonte: Criado pelo autor a partir de dados fornecidos por Vêras (2001: 5).

Baseado nos dados estatísticos, concordamos que São Paulo pode ser considerada principalmente como uma metrópole industrial de serviço, ou até mesmo metrópole pós-industrial e metrópole de serviços porque, como foi visto, ela é denominada de acordo com o que o autor pretende expressar, porém deve-se considerar que não apenas a economia define uma metrópole, mas também o lado social da população que reside em seu território, e a dinâmica espacial do município é um importante processo que determina o papel de uma cidade, metrópole, região, ou até mesmo país.

Para Carlos (2009: 303-304):

Em São Paulo, o movimento da produção do “novo espaço”, ocorre em lugares determinados, representando uma “nova centralidade” ou a

extensão da antiga. Como consequência, a nova produção se fará a partir da destruição de áreas construídas, mudando seus usos e suas funções. Trata-se de bairros consolidados, áreas de apropriação privada uma vez que a construção da metrópole realiza a propriedade privada da terra, condição do desenvolvimento do capitalismo. Se historicamente, ela é condição da realização do processo capitalista de produção, o momento atual da história da reprodução do espaço metropolitano, a propriedade privada, entra em contradição com reprodução da sociedade.

Como consequência dessa nova dinâmica municipal de São Paulo, e conseqüentemente na reconfiguração nacional, necessitando da criação de um “novo espaço” do território, que deu origem a novos centros ou alongamento dos antigos, sendo compostos atualmente por eixo empresarial e comercial de São Paulo, por conseguinte mudará seus modos usados pela sociedade e suas funções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o processo de desconcentração industrial do município de São Paulo, do Estado de São Paulo e a industrialização brasileira. Através desta pesquisa foi possível observar um movimento de concentração e posterior desconcentração industrial e ainda que a cidade de São Paulo, principal lócus da industrialização nacional nascente, modifica seu papel ao longo do tempo (inicialmente abriga as unidades produtivas de todas as grandes empresas e mais tarde suas sedes) e ainda continua sendo a maior cidade do país com um índice elevado de número de estabelecimentos industriais em seu território, mas que atualmente exerce o papel como uma metrópole industrial de serviços, permanecendo nela ainda o comando e o maior fluxo do capital do país.

O objetivo principal deste trabalho foi entender e analisar a desconcentração industrial do município de São Paulo, e com essa pesquisa, foi possível concluir que São Paulo ainda permanece como um ponto chave para entender a dinâmica da industrialização brasileira, englobando tanto a questão econômica, como a social do país.

A partir da metodologia utilizada para construção desse trabalho, que foi baseada em análises bibliográficas, documentais e de dados realizamos esta pesquisa poderia ser aprofundada caso sejam disponibilizados dados estatísticos mais recentes,

permitindo analisar e descrever um quadro atual da cidade de São Paulo, e consequentemente do Estado de São Paulo e do Brasil.

Felizmente, mesmo com alguns contratempos em relação aos dados estatísticos mais recentes, pode-se concluir essa pesquisa com êxito, pois o que foi deixado a desejar, as revisões bibliográficas supriram. Acredita-se que ao finalizar esse trabalho, ele pode complementar muito sobre o assunto, de uma forma complexa, pois foi feito o possível para analisar cada década, principalmente após a desconcentração industrial a partir da década de 1970, podendo ser considerado muito relevante, fornecendo base e estrutura para futuros trabalhos sobre o tema.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCA, Rogério dos S.; **A Dinâmica Produtiva Recente da Metrópole Paulista: Das Perspectivas Pós-Industriais à Consolidação do Espaço Industrial de Serviços.** In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 1, p. 119 a 157, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n1/a06v49n1.pdf>> Acesso: 15 de outubro de 2015.

ALCANTARA, Janio de S.; LUCENA, Carlos A. **O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: As inovações tecnológicas e a formação do trabalhador,** 1999. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Janio%20de%20souza%20alcantara.pdf> Acesso em: 05 de outubro de 2015.

ALCOVORADO, F. **Evolução da Economia Brasileira do Século XVI ao Século XX,** Cap. 4, p.113-166. Disponível em: < [http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/4.EVOLUCAO ECONOMIA BRASILEIRA.pdf?sequence=9](http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/4.EVOLUCAO_ECONOMIA_BRASILEIRA.pdf?sequence=9)> Acesso: 30 de outubro de 2015.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005): Uma análise evolucionária.** In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/fases-da-publicidade/textos/empresarial_02.pdf> Acesso: 16 de outubro de 2015.

BASTOS, Valéria D. **2000-2010: uma década de apoio federal à inovação no Brasil.** In: Revista BNDES, n.37, p.127-176, junho/2012. Acesso: <

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3483/1/RB%2037%202000-2010 uma%20d%C3%A9cada%20de%20apoio%20federal P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3483/1/RB%2037%202000-2010%20uma%20d%C3%A9cada%20de%20apoio%20federal%20P.pdf)> Disponível em: 30 de outubro de 2015.

BATISTA, Paulo N. **O Mercosul e os Interesses do Brasil**. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n.21, maio/ago 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200006 > Acesso: 30 de outubro de 2015.

BRAGA, Vanderlei. **Logística, planejamento territorial dos transportes e o projeto dos Centros Logísticos Integrados do Estado de São Paulo**. e-premissas, Revista de Estudos Estratégicos, nº03. Janeiro/Julho 2008.

BRASIL, Agência do Estado. **PIB industrial cai e de serviços sobe em 2012**, diz IBGE, 03 março de 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/03/01/internas_economia,353903/pib-industrial-cai-e-de-servicos-sobe-em-2012-diz-ibge.shtml> Acesso em: 18 de outubro de 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2015. **Memórias IBGE**. Disponível em: < <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>> Acesso: 05 de outubro de 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Brasil 500 anos: os imigrantes nas cidades**, 2015. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos/os-imigrantes-nas-cidades.html> > Acesso: 20 de out. 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Contas Regionais: 2005-2009**. Contas Nacionais, nº 35. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>> Acesso: 25 de junho de 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE. **Estatísticas do Século XX**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>> Acesso: 24 de setembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Lucro do café financiou industrialização nacional, 2009.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/lucro-do-cafe-bancou-industrializacao-nacional>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

BRASIL, Portal Brasil. **Território nacional tem cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados,** 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/territorio>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2015. **Biblioteca Ipea.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1246&Itemid=68> Acesso: 25 de setembro de 2015.

CAPUTO, Ana C.; MELO, Hildete P. **A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC.** Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD232.pdf> Acesso: 30 de outubro de 2015.

CARA, Claudia A.; FRANÇA, Francieli M. **Aspectos da Industrialização Brasileira.** In: IV Estudo de Produção Científica e Tecnologia, Paraná, Out./ 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRAN%C3%87A.pdf> Acesso em: 30 de outubro de 2015.

CARLOS, Ana F. A. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea.** In: Estudos Avançados, São Paulo, V. 23, nº 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142009000200021&script=sci_arttext> Acesso: 15 de outubro de 2015.

CARLOS, Ana F. A. **São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização.** In: Revista Território, Rio de Janeiro, ano VII, nº11,12 e13, set./out. 2003. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_6_sao_paulo.pdf> Acesso em: 30 de setembro de 2015.

CAVANI, Carolina. S. **A Desconcentração Industrial no Estado de São Paulo das Décadas de 1970-1980: Descrição, Posições Interpretativas e Abordagem**

Exploratória Sobre o Envolvimento da Área de Itapeva. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia295507> Acesso: 12 de maio de 2015.

CLEPS, Geisa D. G. **A expansão industrial no Estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços.** Caminhos da Geografia – Revista Online, Junho de 2003, p. 66 - 89.

COSTA, Paulo R. N. **Empresários Industriais e Estado do Brasil no Século Passado.** Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.15. p.133-135, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a11n15.pdf>> Acesso: 30 de setembro de 2015.

FERRAZ, Henrique. **São Paulo Hoje.** Revista Eletrônica de Ciências, São Carlos, nº 23, jan. 2004. Disponível: <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_23/sampahoje.html> Acesso: 29 de outubro de 2015.

GOMES, Sueli de Castro. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos.** In: Imaginário, São Paulo, v. 12, nº13, Dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-666X2006000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 14 de outubro de 2015.

IZIQUÉ, Claudia. **O relevo econômico do interior: Estudo mapeia o processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo.** In: Revista FAPESP, julho/2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/07/Pesquisa_197-24.pdf?808b01> Acesso: 28 de outubro de 2015.

LAPLANE, Mariano F. **Indústria e Desenvolvimento no Brasil do Século XXI.** In: SIMPOSIO – Desenvolvimento Industrial, Política Monetária e Spread Bancário no Brasil, Economia & Tecnologia - Ano 02, Vol. 06 – Jul. /Set. de 2006.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo.** Publicado em: Revista Geografia Norte Grande, 39: 7-20 (2008).

LENCIONI, Sandra. **Regiões Metropolitanas do Brasil. Radiografia da Dinâmica Recente do Emprego Industrial e Da Remuneração do Trabalhador.** Publicado em:

América Latina: Cidade, Campo e Turismo, Amalia Geraiges Ines de Lemos, Monica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO , do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, San Pablo . Dezembro de 2006.

MATOS, Patrícia O. Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil Após o II PND. Piracicaba, Out. 2002.

MENDES, Luiz. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado.** In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 13, n  26, p. 473-495, jul./dez. 2011. Disponível em: < http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm26_222.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

MEYER, Regina M. P. **ATRIBUTOS DA METRÓPOLE MODERNA.** In: São Paulo em Perspectiva: Metrópole e Globaliza o – Revista Funda o Seade, v.14, n 4, out./dez. 2000.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel da; **A importância da cidade média.** In: Desafio do Desenvolvimento: A revista de informa es e debates do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, ano 6. Ed. 47, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28&Itemid=23> Acesso: 09 de novembro de 2015.

NEGRI, Barjas. **Concentra o e Desconcentra o Industrial em São Paulo (1880-1990).** Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1994. P. 1-280.

OREIRO, José L.; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrializa o: conceitua o, causas, efeitos e o caso brasileiro.** In: Revista de Economia Política, vol. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abril/jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>> Acesso: 23 de out. 2015.

PINTAUDI, Silvana M.; CARLOS, Ana F. A.; **Espaço e Indústria no Estado de São Paulo.** Publicado em: Revista Brasileira de Geografia. Volume 57, n  1, jan/mar 1995.

REOLON, Cleverson A. **Produ o Industrial e Comando do Capital no Brasil: Uma Análise Espacial.** São Paulo, 2013. Disponível em: <

<http://culturaacademica.com.br/img/arquivos/9788579834660.pdf>> Acesso em: 25 de outubro de 2015.

SABOIA, João. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional**. Pesquisa Planejamento. Econômico, v. 30, n. 1, abr. 2000. 69-116.

SAES, Flávio; NOZOE, Nelson. **A indústria Paulista da Crise de 1929 ao Plano de Metas**, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A005.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

SANTOS, Milton. **São Paulo**, Metrópole Internacional do Terceiro Mundo, 1990, p. 07 a 24. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/53676/57639>> Acesso: 15 de outubro de 2015.

SEADE, Fundação de Sistemas Estadual de Análise de Dados. **Ranking do PIB Municipal sofre influência da produção industrial**, São Paulo, 12 dez. 2012. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/ranking-do-pib-municipal-sofre-influencia-da-producao-industrial/>> Acesso: 29 de out. 2015.

SILVA, José A. **A Questão da Desindustrialização no Brasil**. In: Revista Economia e Tecnologia (RET), v.10, nº1, p.45-75, jan/mar. 2014. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/32888/23265>> Acesso em: 24 de setembro de 2015.

SOBRINHO, Ednaldo M. G.; AZZONI, Carlos R. **Aglomerções Industriais Relevantes do Brasil**: Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS), São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_07_2014.pdf> Acesso: em 28 de out. 2015.

SOUSA, Adriano A. **O processo de industrialização em São Paulo e o seu desdobramento no oeste Paulista**: O caso da indústria de Marília/SP e de Presidente Prudente/SP, 2009. P. 1 – 10.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Andronio R.; LIMA, Jandir F.; WADI, Yonissa M.; **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil**. Campo Grande,

v.14, n.2, p.251-265, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf>> Acesso: em 28 de out. 2015.

SUGIMOTO, Luiz. **SP não é apenas metrópole de serviços, diz pesquisa**, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/sp-n%C3%A3o-%C3%A9- apenas-metr%C3%B3pole-de-servi%C3%A7os-diz-pesquisa>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v.8, n.4, p. 5-16, out./dez. 1988. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>> Acesso: 30 de outubro de 2015.

VÉRAS, Maura P. B. Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas. In: **São Paulo em Perspectiva: Metrópoles Transformações Urbanas** – Revista Fundação Seade, v. 15, nº1, Jan./Mar. 2001.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. O processo de industrialização: uma visão geral. In: **X Congresso Internacional de História Econômica**, Louvain, 1990. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-4.pdf>> Acesso: 02 de outubro de 2015.

VICECONTI, Paulo E. V. O processo de industrialização brasileira. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.17, n.6, Nov./dez. 1977. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901977000600003&script=sci_arttext> Acesso: 30 de outubro de 2015.